



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **37/2020**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre o processo de pagamento dos vencimentos de servidores na área da saúde.

É de conhecimento público que há o limite de R\$ 8000,00 por ano para trabalhar como RPA (Recebido de Pagamento Autônomo) na prefeitura de BH, o pagamento demora de 4 a 5 meses pra cair na conta do servidor, fazendo com que os médicos trabalhem meses sem receber.

Posto isto solicito o esclarecimento dos seguintes questionamentos?

- Qual o procedimento para pagamento das RPA?
- Há pagamento do referido serviço em atraso?
- Há a possibilidade de diminuir o tempo para pagamento do RPA?

O presente pedido de informação tem o condão de esclarecer para a população os questionamentos realizados ao Executivo, bem como reforçar o papel fiscalizador do Vereador.

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2020.


Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Catatau do Povo

Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

05/02/20

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQ 38/2020

Senhor Presidente,

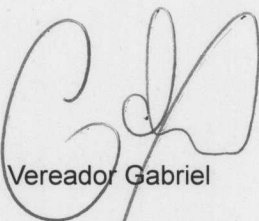
Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre as medidas de prevenção e combate a dengue.

Em 2019 foram registrados mais de 114 mil casos da doença na capital mineira, resultando em 27 mortes confirmadas pelos órgãos de saúde. Segundo tabela publicada pela Secretaria de Estado de Saúde, Belo Horizonte já soma 870 casos suspeitos de dengue até o momento. Atento a isso, solicito as seguintes informações

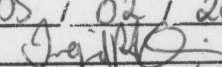
- Qual foi o valor gasto em ações de prevenção e combate a dengue em 2019?
- Qual o valor efetivamente gasto em janeiro de 2020 em ações de combate e prevenção?
- Observando os dados que apontam que a regional Barreiro foi a mais afetada em 2019, com 19,6% dos casos confirmados, seguida de Nordeste (15,5%) e Venda Nova (12,6%), existem ações específicas para cada uma das regiões, levando em conta suas particularidades?
- Qual a data de início das campanhas de conscientização em Belo Horizonte?

O presente pedido de informação tem o condão de esclarecer para a população os questionamentos realizados ao Executivo, bem como reforçar o papel fiscalizador do Vereador, fazendo assim, pertinente o questionamento.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2019


Vereador Gabriel

Ao Senhor
Vereador Catatau do Povo
Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
05 / 02 / 20
 593
Responsável pela distribuição

ANALISADO
Em 05/02/2019
Divisão

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **39/2020**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre a falha na distribuição da vacina tríplice bacteriana (DTP).

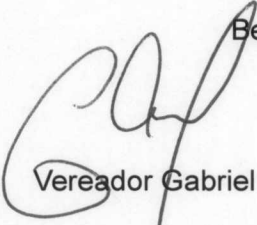
De acordo com informações divulgadas em grande jornal local, a vacina tríplice bacteriana (DTP) direcionada a crianças de 4 anos, está em falta em diversos postos de saúde de Belo Horizonte, sendo que 07 deles não possuíam sequer uma dose da vacina.

Com a iminência do início do período letivo em 2020, e tendo em vista a necessidade de imunização para prevenção de surtos de difteria, coqueluche e tétano, solicito que sejam prestadas as seguintes informações:

- Em quantas unidades de saúde de Belo Horizonte a vacina tríplice bacteriana está em falta?
- Qual o número de pessoas deixaram de ser imunizadas, em cada uma das regionais, por falta de acesso à vacina?
- Quais as ações da prefeitura de Belo Horizonte para solucionar o problema e qual a previsão de regularização?

O presente pedido de informação tem o condão de esclarecer para a população os questionamentos realizados ao Executivo, bem como reforçar o papel fiscalizador do Vereador.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2020


Vereador Gabriel

Ao Senhor
Vereador Catatau do Povo
Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

ANALISADO
PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>09/02/2020</u>
<u>17 659</u>
Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **43/2020**

Senhor Presidente,


Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre as ações de coleta seletiva no município de Belo Horizonte.

A correta destinação dos resíduos sólidos é medida que se impõe, principalmente em uma cidade que enfrenta problemas recorrentes de alagamentos e enchentes. Há necessidade de ampliação desses serviços uma vez que o Relatório de Execução Anual das Ações Governamentais 2018, documento mais recente enviado à Câmara de vereadores, aponta que apenas 23% da população é atendida por alguma modalidade de coleta seletiva. Segundo o relatório supracitado, há previsão de projetos estratégicos e transformadores para ampliar os serviços de coleta seletiva na capital. Atento a isso, requeiro as seguintes informações:

- Qual a data do último chamamento público realizado para a contratação de cooperativas de catadores, visando o aumento dos serviços de coleta porta a porta?
- Qual o aumento percentual da população atendida por coleta seletiva "porta a porta" e "ponto a ponto" em 2019?
- Qual a previsão de ampliação dos serviços de coleta "porta a porta" em 2020?
- Quantos novos pontos verdes serão criados em 2020? Em quais regionais?
- Quais as ações tomadas em 2019 para acabar com os 731 pontos de deposição clandestina de resíduos? Quais as ações de ampliação dos serviços de coleta nessas localidades, uma vez que o depósito clandestino evidencia a falta de locais apropriados para descarte de resíduos?

O presente pedido de informação tem o condão de esclarecer para a população os questionamentos realizados ao Executivo, bem como reforçar o papel fiscalizador do Vereador, fazendo assim, pertinente o questionamento.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2019


Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Catatau do Povo

Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 06/02/2020

13659
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

44/2020

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Saúde e Saneamento, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Rua Taperi, nº 67, Bairro Vila Oeste, com o intuito de vistoriar as condições do córrego que ali percorre, no dia 04/03 às 09:30hs.

A realização desta visita técnica se justifica pela existência de diversas demandas recebidas através dos munícipes para que haja a canalização do córrego que percorre o local, vez que neste córrego o esgoto advindo de todas as casas ao longo de suas margens correm a céu aberto pelos fundos das casas da Rua Taperi até a Rua Pinto Martins. Os moradores da localidade tem sofrido com a questão já que tal situação contribui para atrair insetos, animais peçonhentos e ainda colocam em risco a saúde de todos que ali residem e frequentam.

Solicitamos assim, a intervenção do poder público a fim de solucionar a questão.

Sugiro sejam convidados:

- Sylvio Malta - Administrador da Regional Oeste
- Mário Werneck - Secretário Municipal de Meio Ambiente
- Henrique de Castilho Marques de Sousa - Coordenador SUDECAP
- Andréa Fátima Santos e Campos - Coordenadora SLU
- Josué Valadão - Secretário Municipal de Obras

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2020.

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Catatau do Povo

Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

ANALISADO

Em 06/02/2020

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
06/02/20
hmf/600
Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **55/2020**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre a epidemia mundial Coronavírus.

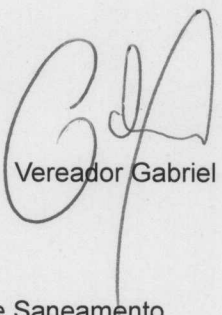
O Brasil declarou na última terça-feira, dia 04 de fevereiro, estado de emergência em saúde pública para prevenir a chegada do novo coronavírus, que já vitimou diversas pessoas. De acordo com o Ministério da Saúde, é considerado caso suspeito se o paciente apresentar febre e ao menos um sintoma respiratório (como tosse, dificuldade para respirar, entre outros), sendo necessária a observação das pessoas que viajaram à China nos últimos 14 dias, ou que tiveram contato próximo com alguém que esteja sob suspeita de contaminação.

Os dados sobre o vírus no Brasil foram atualizados: são atualmente 9 casos suspeitos de acordo com o Ministério da Saúde, sendo um deles em Minas Gerais. Posto isso, requeiro as seguintes informações:

- Os funcionários da área de saúde receberam treinamento específico para reconhecer os sintomas, e comunicar os possíveis casos de contaminação?
- Os equipamentos de saúde pública do município têm estrutura para atender, de acordo com as exigências e protocolos nacionais e internacionais, casos da doença?
- Quais as ações para identificar as pessoas que se encaixam no grupo de risco, como as que estiveram na China no período supracitado?

O presente pedido de informação tem o condão de esclarecer para a população os questionamentos realizados ao Executivo, bem como reforçar o papel fiscalizador do Vereador, fazendo assim, pertinente o questionamento.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2020


Vereador Gabriel

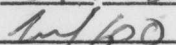
Ao Senhor

Vereador Catatau do Povo

Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

07/02/20


Responsável pela distribuição

CHBH_DIRLED-06/fev/20-17:09:19-000197-1

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **75/2020**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre as carreiras dos profissionais de saúde no município.

É patente que as novas tecnologias e as demandas do mercado de trabalho evoluem em conjunto com a sociedade, muitas vezes mais rapidamente que a legislação vigente, sendo necessária a atualização periódica de forma a garantir a melhor prestação de serviços aos belo-horizontinos. Chama a atenção deste parlamentar o caso específico da biomedicina, ramo da saúde voltado para a pesquisa sobre doenças, exames clínicos, desenvolvimento de tratamentos, novas formas de prevenção e aumento da qualidade de vida da população em geral.

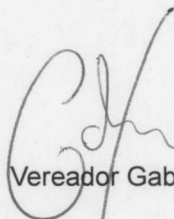
Muito embora a profissão já seja regulamentada pelo MEC, a ausência nos quadros de carreira, como por exemplo daqueles constantes na Lei 9.154/2006 que dispõe sobre o plano de carreira do Hospital Municipal Odilon Behrens, impedem a contratação ou mesmo a realização de concursos públicos para a citada área, o que pode se traduzir em prejuízo na prestação dos serviços.

Atento a isso, solicito as seguintes informações

- Qual a periodicidade da análise de novas carreiras para inclusão nos quadros de cargos do município?
- A inclusão de novas profissões, mais que uma oportunidade de melhorar os serviços prestados é uma necessidade, tendo em vista os avanços tecnológicos bem como das áreas de formação. Existe um grupo de trabalho para a revisão da legislação dos órgãos municipais, especificamente quanto aos cargos nela constantes?

O presente pedido de informação tem o condão de esclarecer para a população os questionamentos realizados ao Executivo, bem como reforçar o papel fiscalizador do Vereador, fazendo assim, pertinente o questionamento.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2019


Vereador Gabriel

Ao Senhor
Vereador Catatau do Povo
Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

ANALISADO
PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>11 / 02 / 2020</u>
<u>2614</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
76/2020

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Saúde e Saneamento, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja alterado o horário da visita técnica aprovada pelo requerimento 21/2020, a ser realizada na Rua Jorge Fonte Boa, nº 11, Bairro Havaí, no dia 18/02/2020 para às 15:00h.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2020.

Vereador Iran Melo

Ao Senhor

Vereador Catatau do Povo

Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>11 / 02 / 2020</u>
<u>2614</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 843/2019 COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO

Voto do Relator

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de nº 843/2019 de autoria do Vereador Catatau Povo que dispõe sobre a utilização dos parques municipais no município de Belo Horizonte e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei foi regularmente instruído sendo que na Comissão de Legislação e Justiça foi designado Relator o Vereador Gabriel, cujo parecer de fls. 15/17, foi aprovado pela comissão.

Na Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana o Relator designado Vereador Preto emitiu parecer não aprovado pela comissão por falta de quorum.

Designado relator para a matéria por esta Comissão de Saúde e Saneamento, passo à fundamentação de parecer e voto, nos termos do art. 52, VI, a, do Regimento Interno.

É o relatório.

Fundamentação

O Projeto de Lei 843/2019 dispõe sobre a utilização dos parques municipais no município de Belo Horizonte, proibindo o uso de cigarros, cigarrilhas, cachimbos e similares .

Percebe-se da análise dos autos, especialmente pela justificativa apresentada pelo Ilustre Vereador Autor da iniciativa, que a finalidade da propositura é a de criar uma ação de prevenção de danos ambientais, coibindo a ocorrência de incêndios e queimadas nos parques sujeitos a administração do Município de Belo Horizonte.

Apesar do combate ao tabagismo e aos seus malefícios, ser uma das ações basilares de qualquer política pública de saúde, a presente matéria se limita a

operar na seara da proteção ao meio ambiente, não objetiva a implementação de política de saúde qualquer natureza.

As questões inerentes a legalidade, constitucionalidade, oportunidade e conveniência da prática do ato de reformulação estrutural de pessoal, já foram objeto de análise pelas Comissões que nos antecederam.

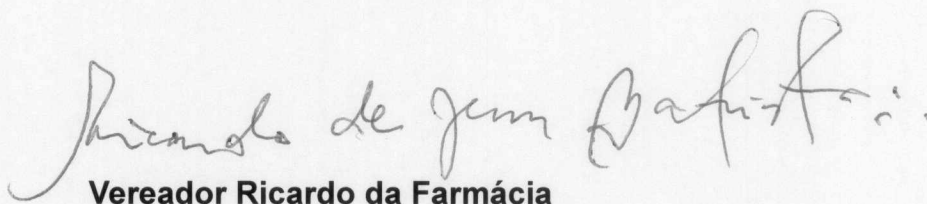
Contudo, de forma indireta, na matéria afeta a esta Comissão verifica-se que a proposta objetiva o atendimento da demanda social, estando de acordo com os objetivos da política de saúde adotada e no âmbito de atribuições consolidados na LOMBH.

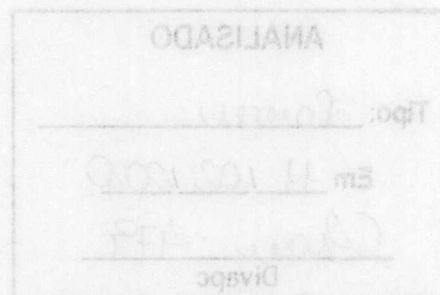
Conclusão

Ante a todo o exposto, concluo este parecer pela aprovação do Projeto de Lei 843/2019.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2.020.

Ricardo da Farmácia
Vereador
Câmara Municipal de Belo Horizonte-MG


Vereador Ricardo da Farmácia





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI Nº 869/2019

1. RELATÓRIO

A proposição foi concebida pelo vereador Pedro Bueno, em que se pretende obrigar a presença de profissionais fisioterapeutas pelo período de 24 horas em hospitais públicos e privados do Município de Belo Horizonte . Para tal, o PL nº 869/2019 “Dispõe sobre a permanência do profissional Fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva – UTIs e dá outras providências.”

Com o trâmite regimental devidamente respeitado, a Diretoria de Legislação (DIRLEG) acostou os textos legais (fls. 5/13), estabelecendo a distribuição para as comissões de **Legislação e Justiça (I, “a”)**, que decidiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade em parecer dado pelo Vereador Coronel Piccinini, no entanto, foi rejeitado pela Comissão, sendo dado novo parecer, este aprovado pela Comissão, pelo Vereador Irlan Melo, que decidiu pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade; **Saúde e Saneamento (VI, “a” e “b”)**; **Administração Pública (II, “h” e “j”)** e **Orçamento e Finanças Públicas (III, “b”, “c” e “g”)**.

Chega a mim a proposição por designação da presidência da Comissão de Saúde e Saneamento (fl. 27), em 04/02/2020, para análise e manifestação sobre a citada proposição até o dia 14/02/2020, nos termos da RICMBH.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Como já exposto acima, o Projeto de Lei objetiva obrigar que todos os hospitais públicos e privados do Município de Belo Horizonte tenham a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

presença de um profissional fisioterapeuta durante 24 horas nas UTI's (Unidades de Tratamento Intensivo).

Acredito que é sempre de grande relevância destacar a garantia do direito à saúde que é dado a todos os brasileiros pela Constituição Federal de 1988. Além de elencar como um dos direitos primordiais dos cidadãos, a nossa Carta Maior dispõe, também, que é dever do Estado, em todas as suas esferas, assegurar tal direito e, ainda, regulamentar e fiscalizar as ações relacionadas ao tema, como se vê nos artigos 196 e 197:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.”

Nessa mesma perspectiva, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte versa sobre a universalidade do direito à saúde, que deve ser proporcionado inteiramente pelo Poder Público. Dessa maneira, o dispositivo entende também como direito à saúde a dignidade, a gratuidade e a boa qualidade no atendimento e no tratamento de saúde.

“Art. 141. A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurado mediante políticas econômicas, sociais, ambientais e outras que visem à prevenção e à eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação.

Parágrafo Único - O direito à saúde implica a garantia de:

VI - dignidade, gratuidade e boa qualidade no atendimento e no tratamento de saúde; [...].”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dito isso, é indiscutível o nosso dever, enquanto representantes diretos do povo belorizontino, propor e aprovar projetos que tenham as melhores políticas públicas, principalmente quando se trata da saúde, maior bem que temos. Mais ainda, esta Comissão tem o compromisso com os cidadãos de Belo Horizonte de analisar, discutir e aprovar ações e políticas que visem desenvolver, modernizar e progredir o âmbito da saúde da nossa cidade.

Em primeiro lugar, vale exarar o que é a UTI. A Unidade de Terapia Intensiva são locais dentro dos próprios hospitais destinados ao cuidado intensivo de pacientes mais graves, com necessidade de grande vigilância clínica ou suporte aos órgãos que estejam com funcionamento prejudicado. Em 1926, foi criada a primeira UTI em Boston, nos Estados Unidos, e, na década de 70, foi implantada no Brasil, na cidade de São Paulo.

De acordo com relatório apresentado pela ASSOBRAFIR (Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva), o trabalho do Fisioterapeuta nas UTIs é imprescindível em tempo integral. Isso porque, o dinamismo do quadro clínico dos pacientes, críticos ou potencialmente críticos, requer avaliação e monitoramento continuada, uma vez que o controle e previsão de intercorrências é inexequível.

Desse modo, não é possível que se ignore a possibilidade de um paciente necessitar dos cuidados exclusivos de um fisioterapeuta fora do período das 18h imposto pela Resolução nº 7/2010 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária),

“Art. 14. Além do disposto no Artigo 13 desta RDC, deve ser designada uma equipe multiprofissional, legalmente habilitada, a qual deve ser dimensionada, quantitativa e qualitativamente, de acordo com o perfil assistencial, a demanda da unidade e legislação vigente, contendo, para atuação exclusiva na unidade, no mínimo, os seguintes profissionais:

IV – Fisioterapeutas: no mínimo 01 (um) para cada 10 (dez) leitos ou fração, nos turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 18 horas diárias de atuação; [...]”

Existem acompanhamentos e procedimentos que são executados especificamente por esses profissionais, tais como a avaliação clínica, monitorização do intercâmbio gasoso, avaliação da mecânica respiratória estática e dinâmica, da função respiratória e neuromusculoesquelética, com foco na funcionalidade. Como proceder caso um indivíduo internado na UTI



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

necessite de algum desses cuidados em um momento de ausência do fisioterapeuta?

Embora haja tal Resolução do órgão responsável pela vigilância sanitária e questões de saúde no país, o COFFITO (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional), por meio do Acórdão nº 472/2016, manifestou sua recomendação para que haja a presença do profissional fisioterapeuta em tempo integral nos hospitais, independentemente de serem públicos ou privados.

Outrossim, estudo publicado nos anais da 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 2005, buscava analisar a influência da assistência fisioterapêutica em período integral nas UTIs de acordo com o tempo de permanência dos pacientes em ventilação mecânica (respiração com auxílio de aparelhos).

Os resultados apresentados na Reunião por graduandas e mestrandas em Fisioterapia no estado do Ceará demonstraram que os pacientes internados em hospitais com assistência fisioterapêutica, nas UTIs, por 24 horas tiveram seu tempo de permanência reduzido em cerca de 8 dias, em comparação aos pacientes nas mesmas circunstâncias, porém com assistência fisioterapêutica por apenas 12 horas.

Em observância às necessidades dos pacientes internados nas UTIs, a Câmara dos Deputados possui, em tramitação, projeto de lei semelhante a este proposto pelo meu nobre par Vereador Pedro Bueno. O PL 1985/2019 objetiva exatamente a expansão do tempo de permanência do profissional fisioterapeuta nos locais referidos, a fim de aprimorar ainda mais o atendimento e evitar possíveis riscos pela ausência dos profissionais em determinados horários.

Nesse diapasão, friso que toda e qualquer ação e política, proposta por essa Casa, que objetive ajudar e favorecer a população em questões de saúde terá sempre o meu total apoio e aprovação. Portanto, acredito que a proposta feita pelo vereador é de grande valor para todos os belorizontinos usuários do serviço municipal de saúde, seja público ou privado.




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo o mais que consta dos autos, faço coro ao desejo do vereador-autor e opino a favor da APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 869/2019, apresentado pelo nobre colega vereador Pedro Bueno.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2020.


CATATAU DO POVO
Relator

ANALISADO
_____ Tipo: _____
_____ Em _____
_____ Divisão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR CATATAU DO POVO

COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 886/2019.

1. RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em estudo "**autoriza o poder executivo a conceder serviços de limpeza urbana.**"

Acostados os textos legais correlatos (fls. 3/23), a proposição de lei foi distribuída para a Comissão de **Legislação e Justiça** (I, "a), que emitiu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade (fls. 29), através do I. vereador Autair Gomes.

Vem, agora, o projeto legislativo a este relator por designação (fls. 30), em 04/02/2020, do I. Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, para receber parecer quanto ao mérito até o próximo dia 14/02/2020.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Como acima informado, o PL insere-se no campo da proteção da saúde e saneamento, uma vez que, o interesse pela política de saneamento e limpeza urbana é interesse público no espaço urbano e social diminuindo os impactos ao ambiente através de melhores condições à dignidade de vida do ser humano.

A medida apresentada na proposição tem, portanto, estreita relação com a qualidade do serviço de saúde e saneamento oferecido para os cidadãos belorizontinos.

Em passant, a Comissão de Legislação e Justiça em sua análise no âmbito da constitucionalidade afirmou que "...o projeto de lei atende os requisitos elencados pela Constituição da República e pela Constituição do Estado de Minas Gerais."

No que concerne a regimentalidade e legalidade a Comissão cuidou de explicar que "...o projeto está em consonância com o Regimento Interno desta Casa, não havendo vício capaz de impedir o seu prosseguimento, e também havendo legalidade para o Poder Executivo determinar a vinculação de receitas municipais ou a utilização de fundos especiais para assegurar o cumprimento de suas obrigações..."



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Todo o ordenamento trazido à colação pela Diretoria de Legislação confirma o status quo do ordenamento positivo que rege a matéria, colocada em caráter de regramento exclusivo tanto a nível constitucional (federal) quanto infraconstitucional (estadual).

Destaco alguns quesitos fundamentais, tais como, a transparência, a igualdade de participação e melhor economia para instigar os meus nobres colegas a refletir sobre a significativa importância deste novo modelo de serviço de limpeza urbana com o foco de melhores condições sociais, ambientais e públicas para a população.

Embora o processo de consumo desenfreado de descarte de lixo seja algo ferrenho, o objetivo do Poder Executivo através desse projeto, é melhorar as profundas desigualdades regionais existentes na infraestrutura de limpeza, drenagem e coleta de lixo urbano.

Nesse viés, não tenho dúvidas que viabilizar investimentos em infraestrutura para expandir e melhorar a qualidade dos serviços de limpeza urbana contribui como um papel imprescindível na minimização dos impactos referentes às disposições do gerenciamento de resíduos sólidos e a gestão ambiental da nossa amada cidade.

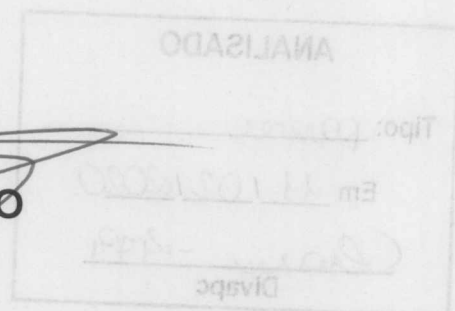
Por fim, em um momento oportuno, este pensamento será apurado; sendo que no meu entendimento, a proposição garante uma melhor igualdade de participação da população com as políticas públicas com melhor transparência econômica dos gastos públicos para a população mineira; de modo que acolho a proposição de lei e defendo o seu prosseguimento nos termos do regimento da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, acreditando firmemente que a proposição se encaixa nos nobres propósitos desta Comissão de Saúde e Saneamento, sou **PELA APROVAÇÃO** em 1º (primeiro) turno do **Projeto de Lei nº 886/2019**, apresentado pelo Executivo Municipal.

Belo Horizonte/MG, 10 de fevereiro de 2020.


CATATAU DO POVO
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. DIRLEG Nº 129/20

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2020

Senhor Vereador,

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 28/20, de autoria do vereador Pedrão do Depósito, convida Vossa Excelência para as Audiências Públicas que se realizarão **nos dias 27/2/20, 27/5/20 e 29/9/20, sempre às 13h30min, no Plenário Amyntas de Barros, localizado na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia**, para prestações de contas quadrimestrais por parte dos poderes Executivo e Legislativo.

Segue anexa a cópia do Requerimento de Comissão nº 28/20.

Outras informações a respeito podem ser obtidas por meio do endereço eletrônico eventosdecomissao@cmbh.mg.gov.br.

Atenciosamente,

Vereador Pedrão do Depósito
Presidente da Comissão

Recebido por: _____
NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____
Órgão: _____
Em ____/____/____ Hora: _____

Excelentíssimo Senhor
Vereador Catatau do Povo
Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento
Câmara Municipal de Belo Horizonte
/mms